

Zume S.A.

CNPJ/MF nº 59.554.210/0001-74 – NIRE 35.300.658.248

Ata da Assembleia Geral realizada em 10 de junho de 2025

Dia, Local e Presença: Aos 10 (dez) dias do mês de junho de 2025, às 10h00, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 200, Térreo – Coworking – Edifício Victória Plaza, bairro Cerqueira César, CEP 01418-000, reuniram-se os acionistas detentores da totalidade do capital social da ZUME S.A. (“Companhia”), conforme se consta- tou pelas assinaturas no Livro de Presença de Acionistas e no Boletim de Subscrição. **Mesa:** Escolhido por unanimidade, a Sra. Monika Hufenüssler Conrads assumiu a presidência dos trabalhos, e indicou o Sr. Reinhard Matthias Conrads para Secretário da Mesa, nos termos do art. 87, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). **Convocação e Quorum:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme disposto no Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a ratificação da integralização do capital social da Companhia; (ii) o aumento de capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias e ações preferenciais, nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada; (iii) a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para tratar do aumento do capital social mencionado no item (ii); (iv) alteração da cláusula 8ª; (v) a inclusão do artigo 11; (vi) a alteração da forma de representação da Companhia, com a consequente reforma do artigo 12; (vii) a alteração do capítulo VI “Exercício Social, Balanço Geral e Lucros”; (viii) inclusão dos capítulos (xviii.i) VII “Falecimento, Sucessão, Separação, Divórcio, Dissolução de União Estável, Exclução por Justa Causa, Liquidação de Ações”, (xviii.ii) VIII “Direito de Preferência”, (xviii.iii) IX “Acordo de Acionistas e Acordo de Sócios”, (xviii.iv) Capítulo X “Resolução de Conflitos”; (ix) aprovação da reforma do Estatuto Social da Companhia com as alterações, inclusões, renumerações e/ou exclusões de seus artigos, parágrafos e incisos; e (x) autorização da lavratura da ata na forma de sumário nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, por unanimidade, decidiram o que segue: (i) Consignar que, com a integralização do saldo de R\$ 900,00 (novecentos) reais do capital social da Companhia pelos seus acionistas, subscritos na proporção descrita nos boletins de subscrição anexos à Ata de Constituição da Companhia, datada de 11 de dezembro de 2024, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, registrada sob o nº 35300658248, em sessão realizada em 19 de fevereiro de 2025, o capital social da Companhia, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) está totalmente subscrito e integralizado. (ii) Aprovar o aumento de capital social da Companhia que, atualmente, é de R\$1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (uma mil) ações ordinárias, para **R\$52.813.392,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais)**, mediante a emissão de 52.812.392 (cinquenta e dois milhões, oitocentas e doze mil, trezentas e noventa e duas) novas ações, emitidas na seguinte proporção (i) 26.405.696 (vinte e seis milhões, quatrocentas e cinco mil, seiscentas e noventa e seis) ações ordinárias; e (ii) 26.406.696 (vinte e seis milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentas e noventa e seis) ações preferenciais, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, com preço de emissão no valor de R\$1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas pelos acionistas da Companhia no seguintes termos, conforme Boletins de Subscrição constantes no Anexo I à presente ata (“Anexo I”): **a) 1.747.289** (um milhão, setecentas e quarenta e sete mil, duzentas e oitenta e nove) **das novas ações ordinárias** são subscritas e integralizadas pelo acionista **Reinhard Matthias Conrads**, alemão, com visto permanente no Brasil, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, arquiteto e urbanista, registrado no CAU-SC sob o nº A104866-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.415.729-85, portador de cédula de identidade RNE nº V121819-8, expedida pela CGPF/ DIREX/DIFF/ES, residente e domiciliado na Rua José Maria Lisboa, nº 1326, apto. 51, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01423-002 (“Reinhard”), que passa a ser titular de 1.747.349 (um milhão, setecentas e quarenta e sete mil, trezentas e quarenta e nove) ações ordinárias da Companhia, totalizando o montante de **R\$ 1.747.349,00** (um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais), nos termos do Boletim de Subscrição de Ações contante no Anexo I à presente ata. Referido aumento de capital social da Companhia decorre do: **•** Aporte e transferência para a Companhia, de 1.737.073 quotas sociais que o acionista Reinhard detinha na **MIR Participações e Administração Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Alameda Santos, 200, Térreo, Coworking, Edifício Victória Plaza, Bairro Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01418-000, inscrita no CNPJ sob nº 31.715.835/0001-51, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35234800886 (“MIR”), conforme disposto na 3ª Alteração do Contrato Social da MIR, datada de 29 de maio de 2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº de arquivamento 181.319/25-1, em sessão realizada em 06 de junho (”3ª ACS da MIR”), e de **•** Aporte e transferência para a Companhia, de 10.216 quotas sociais que o acionista Reinhard detinha na **Neomit Administradora de Bens Próprios e Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Alameda Santos, 200, Térreo, Coworking, Edifício Victória Plaza, Bairro Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01418-000, inscrita no CNPJ sob nº 35.635.425/0001-51, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35234726422 (“NEOMIT”), conforme disposto na 5ª Alteração do Contrato Social da NEOMIT, datada de 15 de abril de 2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº de arquivamento 169.878/25-9, em sessão realizada em 19 de maio de 2025 (“5ª ACS da NEOMIT”). **b) 16.875.647,00** (dezesseis milhões, oitocentas e setenta e cinco mil, seiscentas e quarenta e sete) **de novas ações ordinárias** são subscritas e integralizadas na sua totalidade pela acionista **Monika Hufenüssler Conrads**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira química, inscrita no CPF/MF sob o nº 469.999.309-53, portadora de cédula de identidade RG nº 238.832, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada na Rua José Maria Lisboa, nº 1326, apto. 51, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01423-002 (“Monika”), que passa a ser titular de 16.876.287 (dezesseis milhões, oitocentas e setenta e seis mil, duzentas e oitenta e sete) ações ordinárias da Companhia, totalizando o montante de **R\$ 16.876.287,00 (dezesseis milhões, oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais)**, nos termos do Boletim de Subscrição de Ações contante no Anexo I à presente ata. Referido aumento de capital social da Companhia decorre do aporte e transferência de: **•** Aporte e transferência para a Companhia, de 723.468 quotas sociais que a acionista Monika detinha na MIR, conforme consta na 3ª ACS da MIR e; **•** Aporte e transferência para a Companhia, de 16.152.179 quotas sociais que a acionista Monika detinha na NEOMIT, conforme consta na 5ª ACS da NEOMIT. **c) 7.782.760** (sete milhões, setecentas e oitenta e duas mil e setecentas e sessenta **de novas ações ordinárias** são subscritas e integralizadas na sua totalidade pela acionista **Luisa Christina Hufenüssler Conrads**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, administradora de empresas, inscrita no CPF/MF sob o nº 075.279.439-63, portadora de cédula de identidade RG nº 3.688.852, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Coronel Procopio Gomes de Oliveira, nº 263, Centro, Jaraguá do Sul/SC, CEP 89251-201 (“Luisa”), que passa a ser titular de 7.783.060 (sete milhões, setecentas e oitenta e três mil e sessenta) ações ordinárias da Companhia, no montante de R\$ 7.783.060,00 (sete milhões, setecentos e oitenta e três mil e sessenta reais), nos termos do Boletim de Subscrição de Ações contante no Anexo I à presente ata. Referido aumento de capital social da Companhia decorre do: **•** Aporte e transferência para a Companhia, de 4.134.490 quotas sociais que a acionista Luisa detinha na MIR, conforme consta na 3ª ACS da MIR, e **•** Aporte e transferência para a Companhia, de 3.648.270 quotas sociais que a acionista Luisa detinha na NEOMIT, conforme consta na 5ª ACS da NEOMIT. **d) 26.406.696** (vinte e seis milhões, quatrocentas e seis mil, seiscentas e noventa e seis) **novas ações preferenciais** são subscritas e integralizadas na sua totalidade pela acionista **Luisa**, que passa a ser titular da totalidade das ações preferenciais da Companhia, no montante de **R\$ 26.406.696,00 (vinte e seis milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais)**, nos termos do Boletim de Subscrição de Ações contante no Anexo I à presente ata. Referido aumento de capital social da Companhia decorre do: **•** Aporte e transferência para a Companhia, de **26.406.696** (vinte e seis milhões, quatrocentas e seis mil, seiscentas e noventa e seis) quotas sociais que a acionista Luisa detinha na NEOMIT, conforme consta na 5ª ACS da NEOMIT. (ii.i) Os acionistas conferem ampla, irrestrita e total anuência ao aumento de capital social formalizado no item (i) acima, e renunciam a todo e qualquer direito de preferência que, porventura, venham a ter direito, contratualmente ou legalmente. (iii) Diante do aumento de capital social da Companhia descrito acima, os acionistas decidem aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 52.813.392,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e treze mil, trezentos e noventa e dois reais), dividido em 52.813.392 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e treze mil, trezentas e noventa e duas) ações, sendo (a) 26.406.696 (vinte e seis milhões, quatrocentas e seis mil, seiscentas e noventa e seis) ações ordinárias; e (b) 26.406.696 (vinte e seis milhões, quatrocentas e seis mil, seiscentas e noventa e seis) ações preferenciais, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Parágrafo 1º. Cada ação ordinária corresponde a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. Parágrafo 2º. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas nos termos do Artigo 17, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, a prioridade no reembolso do valor nominal das ações, sem prêmio. Parágrafo 3º – As ações preferenciais passam a ter direito de voto a partir do dia 15 de maio de 2039 ou a partir da data de falecimento, incapacidade ou ausência permanente da acionista Monika Hufenüssler Conrads, o que ocorrer primeiro. Parágrafo 4º. As ações são indivisíveis perante a Companhia, que não reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade, e a propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de “Registro de Ações Nominativas” da Companhia. Parágrafo 5º. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. (iv) Em decorrência da emissão de ações preferenciais pela Companhia, fica alterado o **Artigo 8º** do Estatuto Social da Companhia, que passará a constar com a seguinte redação: **“Artigo 8º. Todo acionista que detenha ações da Companhia com direito de voto, terá direito de votar nas Assembleias Gerais, podendo ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, Diretor da Companhia ou advogado, de acordo com a legislação em vigor.” (v)** Ainda como consequência da criação**

e emissão de ações preferenciais, os Acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade, alterar o **Artigo 11** do Estatuto Social, que passa a vigorar da seguinte maneira: **“Artigo 11. Sem prejuízo do que dispõe a Legislação aplicável e as disposições contidas no parágrafo 3º acima, é de competência privativa da Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Reforma do estatuto social da Companhia; (ii) Eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos administradores e fiscais da Companhia; (iii) Tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia; (iv) Aumento ou redução do capital social da Companhia; (v) Avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (vi) Compra, alienação e oneração de bens imóveis; (vii) Proposta de remuneração global dos administradores; (viii) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos da Companhia; (ix) Extinção de negócio existente; (x) Aquisição, alienação ou oneração de participações societárias, bem como sobre a formação de consórcios, joint ventures ou qualquer forma de associação ou parcerias estratégicas; (xi) Pedido de abertura de capital (em qualquer modalidade), bem como o lançamento de qualquer oferta pública inicial de Ações e/ou Títulos Imobiliários pela Companhia; (xii) Fusão, cisão, transformação, incorporação (ou incorporação de suas Ações), drop down de ativos, ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia; (xiii) Liquidação ou dissolução da Companhia; (xiv) Operações e negócios em geral entre os acionistas ou suas partes relacionadas, de um lado, e a Companhia de outro. (xv) Orientar o voto a ser proferido pelo representante da Companhia nas assembleias gerais e/ou reuniões de sócios/acionistas das Afiliadas da Companhia, assim entendidas as sociedades em relação às quais a Companhia detenha participação societária (“Afiliadas”), sempre que as matérias versarem sobre: a) Reforma do estatuto social da Afiliada, para alterar o seu objeto social, a forma de sua administração ou a política de dividendos; b) Extinção de negócio existente; c) Aquisição, alienação ou oneração de participações societárias, bem como sobre a formação de consórcios, joint ventures ou qualquer forma de associação ou parcerias estratégicas da Afiliada com terceiros; d) Realização de pedido de abertura de capital (em qualquer modalidade) bem como o lançamento de qualquer oferta pública inicial de Ações ou títulos de valores mobiliários; e) Fusão, cisão, incorporação (ou incorporação de suas Ações), drop down de ativos, ou qualquer forma de reorganização societária da Afiliada, sempre que envolverem terceiros; f) Transformação da Afiliada, e g) Liquidação ou dissolução da Afiliada. Parágrafo 1º. Exceção feita às matérias indicadas no Parágrafo 3º abaixo, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo dos acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia (“Quórum Geral de Aprovação”). Parágrafo 2º. Os votos em branco e as abstenções não serão computados. Parágrafo 3º. A aprovação das seguintes matérias de competência da Assembleia Geral, dependerá de voto afirmativo dos acionistas que representem mais de 80% (oitenta por cento) do capital social votante da Companhia (“Matérias Qualificadas AG”): (i) Qualquer fusão, cisão, transformação, incorporação (ou incorporação de suas Ações), drop down de ativos, ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia ou, no caso de suas Afiliadas, sempre que envolver Terceiros; (ii) Aquisição, alienação ou oneração de participações societárias, bem como sobre a formação de consórcios, joint ventures ou qualquer forma de associação ou parcerias estratégicas da Companhia ou de suas Afiliadas; (iii) Alteração do Estatuto Social da Companhia ou de suas Afiliadas, que modifique a política de dividendos, e Pedido de abertura de capital (em qualquer modalidade), bem como o lançamento de qualquer oferta pública inicial de Ações e/ou Títulos Imobiliários pela Companhia ou suas Afiliadas.” (vi) Em comum acordo, os Acionistas da Companhia decidiram alterar o **Artigo 12**, que trata da representação dada Companhia, e que a partir desta aprovação, poderá ser realizada da seguinte maneira: **“Artigo 12. A Companhia possuirá uma Diretoria composta por, no mínimo, 2 (dois) diretores e, no máximo, 4 (quatro) diretores, sendo 1 (uma) Diretora Presidente, e os demais Diretores sem designação específica, para um mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitidas reeleições. Parágrafo 1º. A Companhia será representada sempre pela/por: (i) Diretora Presidente isoladamente, ou (ii) 2 (dois) Diretores sem designação específica em conjunto, ou (iii) 1 (um) Diretor sem designação específica e 1 (um) procurador, ou (iv) 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos. Parágrafo 2º. As procurações judiciais ou extrajudiciais outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, especificando os poderes e a duração dos respectivos mandatos, que no caso de mandato judicial poderá ser por prazo indeterminado. Parágrafo 3º. Ocorrendo a vacância do cargo de Diretor Presidente, a Diretoria deverá convocar de imediato Assembleia Geral de acionistas para deliberar sobre a eleição de novo Diretor Presidente. Na vacância de outros diretores, a Diretoria seguirá com os diretores remanescentes até o término do mandato, desde que existam ao menos diretores remanescentes. Para os fins deste artigo, o cargo na Diretoria será considerado vago se ocorrer destituição, renúncia, morte, incapacidade comprovada, impedimento ou ausência permanente de qualquer Diretor.” (vii) Os Acionistas aprovaram, sem quaisquer ressalvas, a alteração da forma de distribuição dos dividendos, com a consequente alteração do capítulo VI “Exercício Social, Balanço Geral e Lucros”, que passa a vigorar com a redação abaixo: **“Capítulo VI – Exercício Social – Balanço Geral – Lucros.** Artigo 15. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas na Lei das Sociedades por Ações. Artigo 16. Do resultado apurado em cada exercício social serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para os impostos incidentes. O prejuízo do exercício social será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Artigo 17. O lucro líquido do exercício será destinado da seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social integralizado, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) Uma parcela correspondente a, no mínimo a 1% (um por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo abito após as deduções e acréscimos previstos nos Artigos 195 e 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório; (iii) Uma vez pago o dividendo obrigatório, o saldo remanescente do lucro líquido distribuível poderá, total ou parcialmente, mediante deliberação a ser tomada pelos acionistas representando a maioria absoluta do capital social votante, ser (a) reinvestido pela Companhia, (b) mantido em reserva, ou (c) distribuído aos Acionistas, proporcionalmente às suas participações no capital social total. Artigo 18. A Companhia poderá: (i) Distribuir dividendos intermediários ou intercalares à conta do lucro líquido, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (ii) Levantar balanços para períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intermediários ou intercalares; e (iii) Creditar ou pagar aos acionistas, na frequência deliberada pela Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, que será descontado do montante do dividendo obrigatório, integrando-o para todos os propósitos legais. (viii) Os Acionistas presentes nesta Assembleia deliberaram, por unanimidade, pela inclusão dos capítulos VII, VIII, IX e X, passando o Estatuto Social da Companhia a dispor das seguintes disposições: **“Capítulo VII – Falecimento – Sucessão – Separação – Divórcio – Dissolução de União Estável – Exclução por Justa Causa – Liquidação de Ações.** **Artigo 19.** Diante da natureza familiar da Companhia, qualquer outra pessoa que adquira, por sucessão ou por quaisquer outros meios admitidos em direito, o direito de ser acionista desta Companhia, não sendo descendente direto do casal formado por **Reinhard Matthias Conrads e Monika Hufenüssler Conrads**, não será admitida na Companhia, apurando-se os haveres por ato de liquidação das ações, nos termos abaixo regulados. **Artigo 20.** Ocorrendo o falecimento de qualquer um dos acionistas, a Companhia não se dissolverá, devendo-se observar, em relação herdeiro(s) do acionista falecido, as seguintes disposições: (i) O(s) herdeiro(s) descendente(s) em linha reta do casal formado por **Reinhard Matthias Conrads e Monika Hufenüssler Conrads** será(ão) plenamente admitido(s) na Companhia; (ii) O(s) herdeiro(s) que sejam cônjuge(s) ou convivente(s) do(s) acionista(s) não será(ão) admitido(s) como acionista(s), independente do regime de casamento a que estiver(em) sujeito(s), liquidando-se as ações a que eventualmente teriam direito e pagos os respectivos haveres nos termos regulados no **Artigo 23**, salvo se, em ato subsequente ao recebimento das ações, doarem as ações aos descendentes em linha reta do casal formado por **Reinhard Matthias Conrads e Monika Hufenüssler Conrads**. Em nenhuma hipótese, o cônjuge ou convivente poderá reservar para si qualquer direito político sobre as referidas ações. (iii) Os herdeiros não descendentes em linha reta do casal formado por **Reinhard Matthias Conrads e Monika Hufenüssler Conrads** não serão admitidos como acionistas da Companhia, liquidando-se as ações a que eventualmente teriam direito e pagos os respectivos haveres nos termos regulados no **Artigo 23. Artigo 21.** Nos casos de separação, divórcio ou dissolução de união estável, o ex-cônjuge ou convivente não será admitido como acionista, direto ou indireto da Companhia. Assim, caso o ex-cônjuge e/ou ex-convivente tenha assegurado judicialmente direitos sobre o patrimônio representando pelas ações, as respectivas ações deverão ser liquidadas, apurando-se e pagos os respectivos haveres nos termos regulados no **Artigo 23** abaixo. Parágrafo único. Em nenhuma hipótese o ex-cônjuge ou ex-convivente terá direito a voto nas deliberações dos acionistas na Companhia. **Artigo 22.** Não serão admitidos credores de quaisquer naturezas como acionistas direitos ou indiretos da Companhia, em qualquer hipótese. Assim, caso o credor tenha assegurado judicialmente direitos sobre as ações, aplicar-se-á o disposto no **Artigo 19**, liquidando-se as ações e pagando-se os respectivos haveres nos termos regulados no **Artigo 23** abaixo. **Artigo 23.** Nos casos de retratada, dissolução parcial, falecimento, divórcio, separação, dissolução de união estável de acionista, ou em qualquer outra hipótese em que for necessário a liquidação das ações, o titular das ações (ou do direito patrimonial sobre as ações) a serem liquidadas receberá, como pagamento de seus haveres, o valor das ações a ser calculado e pago conforme previsto abaixo. Parágrafo 1º. O preço das ações para pagamento dos haveres (“Preço das Ações para Haveres”) será apurado conforme balanço patrimonial contábil de determinação, levantado com data base do último dia do mês anterior à data do evento e calculado na proporção de sua participação no capital social da Companhia. Os haveres serão apurados com base no valor patrimonial contábil, de acordo com o resultado da divisão do valor do patrimônio líquido da Companhia pelo número de ações da Companhia. Parágrafo 2º. Considerar-se-á como data do evento, para os fins do Parágrafo 1º acima, a data em que aprovada a dissolução parcial em relação à determinado acionista; reconhecido eventual direito de ex-cônjuge ou ex-convivente de acionista nos casos de separação, divórcio ou reconhecimento e dissolução de união estável; reconhecido eventual direito de herdeiros e sucessores não autorizados (mediante a certidão de trânsito em julgado da medida judicial); a data da lavratura de escritura pública****

de inventário e partilha ou; a data de qualquer outro evento que dê causa à apuração dos haveres. Parágrafo 3º. A Diretoria da Companhia contrará, em até 30 (trinta) dias após a data do evento, empresa especializada para efetuar a apuração, considerando o critério acima e normas contábeis aplicáveis e as seguintes premissas: (i) em nenhuma hipótese poderão ser considerados ativos intangíveis que não estejam previamente reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia ou de suas controladas utilizado como parâmetro para a apuração de haveres, incluindo, mas não se limitando a, marcas, carteira de clientes, carteira de contratos, fundo de comércio, avviamento, goodwill, ou qualquer outro ativo intangível ou que leve em consideração uma perspectiva de rentabilidade futura da Companhia ou de suas controladas; (ii) em nenhuma hipótese poderão ser utilizadas, em complementação ou substituição à metodologia ora indicada, metodologias de avaliação de empresa que considerem a rentabilidade futura esperada da Companhia ou de suas controladas, como fluxo de caixa descontado, múltiplos de indicadores financeiros ou métodos comparativos com outras sociedades; e (iii) em nenhuma hipótese serão considerados para fins de composição do ativo da Companhia os bens e direitos que dependem de fatos e eventos futuros para que sejam auferidos (ativos contingentes). Parágrafo 4º. O Preço das Ações para Haveres, apurado nos termos do Parágrafo 1º acima, será pago pela Companhia em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pelo índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE ou, em sua falta, pelo índice substituído indicado pela referida instituição, pro rata, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a definição do Preço das Ações para Haveres e as demais no mesmo dia dos meses posteriores. Parágrafo 5º. Caso os herdeiros ou sucessores legais não sejam formalmente definidos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do falecimento do acionista, os valores correspondentes aos haveres serão depositados em juízo ou colocados à disposição do inventário judicial ou extrajudicial, a critério da Companhia, liberando-se a Companhia de sua obrigação mediante comprovação do depósito. Parágrafo 6º. A Companhia poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, antecipar total ou parcialmente o pagamento das parcelas vencidas dos haveres, sem incidência dos encargos adicionais. **Capítulo VIII – Direito de Preferência. Artigo 24.** Qualquer acionista que pretenda alienar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, as ações da Companhia, deverá primeiro oferecê-las para os demais Acionistas e para a Companhia, que terão preferência para adquiri-las, proporcionalmente às suas participações (“Direito de Preferência”) e respeitada a ordem de preferência e procedimentos regulados no Acordo de Acionistas (e respectivas alterações). **Artigo 25.** Caso os demais acionistas e/ou a Companhia, mediante decisão da maioria do capital social votante de titularidade dos demais acionistas, não exerça o direito de preferência acima previsto e regulado no Acordo de Acionistas ou não tenha se manifestado pela aquisição da totalidade das ações ofertadas, poderá o acionista ofertante oferecer a totalidade das ações ofertadas para terceiro, observadas as disposições contidas no art. 25 abaixo e no Acordo de Acionistas (e suas respectivas alterações). **Artigo 26.** É condição essencial para que qualquer terceiro se torne acionista da Companhia que sejam observados os requisitos a seguir: (i) a admissão do terceiro deverá ser aprovada pela maioria absoluta do capital social votante de titularidade dos demais acionistas, excluído o acionista ofertante; (ii) o terceiro deverá ter reputação ilibada; (iii) o terceiro não poderá ser um concorrente da Companhia ou das empresas investidas; e (iv) o terceiro deverá aderir expressamente ao Acordo de Acionistas da Companhia e eventuais Acordos de Acionistas das empresas investidas (e respectivas alterações). **Artigo 27.** Se determinado acionista da Companhia receber uma proposta de terceiro para a aquisição, direta ou indireta, por qualquer meio, de número de ações que confira ao terceiro o controle, direto ou indireto da Companhia, então os demais acionistas terão o direito de exigir que a aquisição englobe a totalidade das ações de titularidade dos demais acionistas, nos termos da oferta do terceiro (“Direito de Tag Along”). Em benefício da clareza, os acionistas declaram que o Direito de Tag Along não é aplicável para transferências entre acionistas. Parágrafo único. Para o exercício do Direito de Tag Along, os acionistas deverão observar as normas estabelecidas no caput deste artigo e no Acordo de Acionistas (e respectivas alterações). **Artigo 28.** Eventual criação de Holding por parte de qualquer acionista, mediante aporte, total ou parcial, de suas ações em outras sociedades, será comparada à alienação indireta de ações será comparada à alienação de ações para terceiros e estará sujeita às regras contidas neste **Capítulo IX**, salvo se expressamente aprovada pela maioria absoluta do capital votante de titularidade dos demais Acionistas. **Artigo 29.** Observadas as regras estabelecidas no Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas (e respectivas alterações), a alienação das ações de emissão da Companhia operar-se-á mediante termo lavrado no livro de “Transferência de Ações Nominativas”, datado e assinado pelo cedente e pelocessionário, ou seus legítimos representantes. Se a transferência por decorrente de decisão judicial, a transmissão se fará mediante averbação no livro de “Registros de Ações Nominativas”, à vista de documento hábil, que ficará em poder da Companhia. **Capítulo IX – Acordo de Acionistas e Acordo de Sócios. Artigo 30.** Os acionistas e seus sucessores, a qualquer título, assim como os administradores da Companhia, obrigam-se a respeitar integralmente todas as disposições inseridas no Acordo de Acionistas da Companhia, bem como em qualquer Acordo de Acionistas e/ou Sócios das empresas investidas. Parágrafo 1º. Nos termos do artigo 118, caput da Lei das Sociedades por Ações, o Acordo de Acionistas da Companhia encontra-se devidamente arquivado na sede da Companhia. Parágrafo 2º. Em virtude do disposto no caput, é expressamente vedado aos integrantes da mesa da Reunião de Acionistas acatar declaração de voto de qualquer acionista, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado nos referidos acordos, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações, e/ou dos direitos políticos e patrimoniais de ações e/ou a oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscricao de ações que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado neste Estatuto Social, no Acordo de Acionistas da Companhia e nos Acordos de Acionistas e/ou Sócios das empresas investidas. **Capítulo X – Resolução de Conflitos. Artigo 31.** Todo e qualquer litígio, controvérsia, questão, dúvida ou divergência, inclusive quanto a sua interpretação ou aos direitos e obrigações aqui estabelecidos, relativo direta ou indiretamente a este Contrato (“Conflito”), envolvendo todos ou alguns dos acionistas (“Partes Envolvidas”) será resolvido exclusivamente por meio de arbitragem, de acordo com as disposições adiante. Parágrafo 1º. A arbitragem será conduzida perante e administrada pela Ciesp/Fiesp de acordo com o Regulamento da Ciesp/Fiesp (“Regulamento”) em vigor no momento do requerimento de arbitragem, cujas disposições são consideradas parte integrante deste Estatuto Social. Parágrafo 2º. O Conflito será decidido por um Tribunal Arbitral composto por 3 (três) árbitros, (“Tribunal Arbitral”) a serem nomeados de acordo com o Regulamento. Parágrafo 3º. A sede da arbitragem será na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades. A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico referente às leis brasileiras, sendo vedado o julgamento por equidade. Parágrafo 4º. Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário todas e quaisquer tutelas de urgência, sendo certo que o eventual requerimento de tutela de urgência ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de tutelas de urgência deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no artigo 22C da Lei de Arbitragem. Parágrafo 5º. Tão logo constituído o Tribunal Arbitral, este poderá rever as tutelas de urgência eventualmente deferidas pelo Poder Judiciário nos termos do Parágrafo 4º acima, confirmando-as, modificando-as ou revogando-as, a seu exclusivo critério, conforme disposto no artigo 22B da Lei de Arbitragem. Parágrafo 6º. As Partes Envolvidas elegem o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exclusivamente para tutelas de urgência ou coercitivas, provisionais ou permanentes, assim como para outras medidas judiciais que venham a ser necessárias sem violar a cláusula arbitral (como ação de nulidade de sentença arbitral ou a medida prevista nos artigos 381 a 383 do Código de Processo Civil) renunciando expressamente a qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja. A ação de execução da sentença arbitral, no entanto, também poderá ser ajuizada a critério do exequente no foro do domicílio do executado ou no foro do local onde o executado possua bens. Parágrafo 7º. A sentença arbitral será proferida na sede da arbitragem e vinculará as Partes como uma decisão definitiva do conflito, não estando sujeita a recursos de qualquer tipo. Parágrafo 8º. Durante o curso da arbitragem, as Partes arcarão com suas próprias despesas, custos e honorários de seus advogados, representantes e assistentes técnicos. Ao final da arbitragem, o Tribunal Arbitral estabelecerá na sentença arbitral os critérios para o reembolso das despesas, custos e honorários de peritos e árbitros em favor da Parte vencedora, sempre na proporção em que essa Parte tenha prevalecido, sendo que os honorários advocatícios de sucumbência serão devidos, também na proporção de sucumbência de cada parte. Não haverá condenação em ressarcimento de honorários contratuais. Parágrafo 9º. As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem, durante todo o seu curso e mesmo após seu encerramento. Parágrafo 10º. Todas as disposições deste **Artigo 31** de resolução de controvérsias são consideradas independentes e autônomas com relação a este Estatuto Social, de forma que todas as obrigações contidas neste **Artigo 31** permanecerão em vigor, serão respeitadas e cumpridas pelas Partes, mesmo após a rescisão deste Estatuto Social ou mesmo se este Estatuto Social seja considerado nulo ou sem efeito, total ou parcialmente.” (ix) Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia com as alterações, inclusões, renumerações e/ou exclusões de seus artigos e parágrafos, nos termos anexo à ata a que se refere a presente Assembleia Geral Extraordinária (“Anexo II”). (x) Aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Mesa: Monika Hufenüssler Conrads – Presidente da Mesa, Reinhard Matthias Conrads – Secretário da Mesa. Acionistas Presentes: Reinhard Matthias Conrads, Monika Hufenüssler Conrads e Luisa Hufenüssler Conrads. São Paulo/SP, 10 de junho de 2025. **Mesa:** Monika Hufenüssler Conrads – Presidente da Mesa; Reinhard Matthias Conrads – Secretário da Mesa. **Acionistas Presentes:** Monika Hufenüssler Conrads; Reinhard Matthias Conrads; Luisa Hufenüssler Conrads. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 214.769/25-2 em 26/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/07/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos S.A.

CNPJ/MF nº 54.777.709/0001-27 – NIRE 35.300.635.744

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2025

I. Data, hora e local: Ao trigésimo (30º) dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 14h00min (quatorze horas), na sede social da Companhia, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Coronel Silva Teles, nº 977, Conjunto Comercial 61 Pavimento 6 Ed. Dahrj Tower, Cambui, CEP 13024-001. **II. Presença:** dispensada a publicação dos Editais de Convocação de acordo com o Art. 124, parágrafo 4º da lei 6.404 de 15/12/76. **III. Convocação:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social. **IV. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **Joel Jayr Fogaca de Lisboa**, que convidou a mim **Maria Luiza Biscoll Fritsch Marx**, para secretária-**o**. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(a)** Examinar, discutir e aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação pela Companhia das seguintes sociedades:

Sociedade	CNPJ
1 Triunfante Parana Alimentos Ltda	73.778.144/0001-47
2 Triunfante Rio Grande do Sul Alimentos Ltda	02.044.669/0001-00
3 Triunfante Comércio de Alimentos Ltda	81.049.504/0001-06
4 Triunfante Matogrossense Alimentos Ltda	00.726.560/0001-28
5 Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos Ltda	13.958.820/0001-32
6 Milenio Comercio de Alimentos Ltda	03.423.207/0001-67
7 Triunfante Distribuidora de Alimentos Ltda	04.176.205/0001-83
8 Aba Comercio de Alimentos Ltda	07.342.671/0001-80
9 Arrojito Comercio de Alimentos Ltda	03.303.285/0001-28

(em conjunto, as "Sociedades"), celebrado em 30 de janeiro de 2025 entre as administrações da **Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos S.A. ("TBD")** e de cada uma das Sociedades, o qual consubstancia as justificativas, os termos, as cláusulas e as condições da incorporação das Sociedades pela Companhia (o "Protocolo e Justificação"); **(b)** Ratificar a nomeação da **CB & a Auditoria e Contabilidade SS, (CB&A)** empresa com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Roque Petrella, nº 220/240, térreo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.891.762/0001-78 ("Empresa Avaliadora"), como empresa especializada responsável pela elaboração dos laudos de avaliação, com base no balanço patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de determinar o valor patrimonial contábil das Sociedades a serem incorporadas pela Companhia ("Laudos de Avaliação"); **(c)** Aprovar os Laudos de Avaliação constantes no Anexo II desta ata, elaborado pela Empresa Avaliadora em 30 de janeiro de 2025, que apurou os valores contábeis dos patrimônios líquidos das sociedades; **(d)** Ratificar a nomeação da **CB & A Auditoria e Contabilidade SS, (CB&A)** empresa com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Roque Petrella, nº 220/240, térreo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.891.762/0001-78 ("Empresa Avaliadora"), como empresa especializada responsável pela elaboração dos laudos de avaliação, com base no balanço patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2024 ("a Data base"), com o objetivo de determinar o valor patrimonial contábil das Sociedades a serem incorporadas pela Companhia ("Laudos de Avaliação"); **(e)** Aprovar os Laudos de Avaliação constantes no Anexo II desta ata, elaborado pela Empresa Avaliadora em 30 de janeiro de 2025, que apurou os valores contábeis dos patrimônios líquidos das:

1 Triunfante Parana Alimentos Ltda	R\$ 13.672.991,15
2 Triunfante Rio Grande do Sul Alimentos Ltda	R\$ 19.514.010,32
3 Triunfante Comércio de Alimentos Ltda	R\$ 10.936.824,49
4 Triunfante Matogrossense Alimentos Ltda	R\$ 22.364.239,03
5 Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos Ltda	R\$ 25.515.183,65
6 Milenio Comercio de Alimentos Ltda	R\$ 29.259.807,98
7 Triunfante Distribuidora de Alimentos Ltda	R\$ 13.728.638,61
8 Aba Comercio de Alimentos Ltda	R\$ 15.201.544,80
9 Arrojito Comercio de Alimentos Ltda	R\$ 19.824.897,68

Totalizando R\$ **R\$ 170.018.137,71** (cento e setenta milhões, dezoito mil, cento e trinta e sete reais e setenta e um centavos), os quais serão incorporados pela TBD, conforme descrito no Protocolo e Justificação de Incorporação. **(d)** Aprovar a incorporação de cada uma das Sociedades pela **Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos S.A.**, nos termos do Protocolo e Justificação sem alteração do Capital Social. **(d.1)**. Diante da aprovação da incorporação de cada uma das Sociedades pela **Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos S.A.**, ficam as Sociedades extintas, sendo sucedidas pela **Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos S.A.** em todos os seus direitos e obrigações. Após a incorporação, o seu capital social continua a ser de R\$ R\$ 100.001.000,00 (cem milhões e mil reais), dividido e representado em 100.001.000,00 (cem milhões e mil) ações ordinárias, nominativas, no valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma. **(d.2)**. Em virtude da aprovação das incorporações, fica a administração da Companhia autorizada a tomar as providências necessárias para a sua implementação. **(d.3)** As variações patrimoniais apuradas serão absorvidas e registradas pela Companhia, efetuando-se os lançamentos necessários nos respectivos livros contábeis e fiscais, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. **(e)**. Aprovar a alteração e a consolidação do estatuto da Companhia, que é anexoado à presente ata (Anexo III); **VII. Encerramento e aprovação da ata** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra para a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão e realizada a leitura da ata, a mesma foi aprovada e assinada pelos presentes. Campinas, 30 de janeiro de 2024. Da Mesa: **Joel Jayr Fogaca de Lisboa – Presidente; Maria Luiza Biscoll Fritsch Marx – Secretária. Acionistas: Prosperita Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Apúina Participações S/A Visto da Advogada: Ana Paula Silva dos Santos – OAB/SP 525279. Anexo III – Estatuto Social de Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos S.A. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração: Cláusula 1.** A sociedade atua sob a deno-

minação de **Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos S.A.** e rege-se pelo presente contrato social e pelas disposições legais aplicáveis. **Cláusula 2.** A Companhia tem sua sede social e administrativa na Avenida Coronel Silva Teles, nº 977, Conjunto Comercial 61 Pavimento 6 Ed. Dahrj Tower, Cambui, CEP 13024-001. **Parágrafo primeiro.** Mediante decisão dos diretores, a Companhia poderá abrir e fechar filiais, agências, escritórios e depósitos em qualquer localidade do país ou do exterior. **Parágrafo segundo.** A Companhia possui as seguintes filiais: **1-** Rua Salgado Filho, nº 2500, Jardim Pedro Demeterco, CEP 83320-340, Cidade de Pinhais, Estado do Paraná; CNPJ: 54.777.709/0010-18 NIRE 41902035715. **2-** Avenida Tradentes, nº 5727, Jardim Rosicler, CEP 86072-000, Cidade de Londrina, Estado do Paraná; CNPJ: 54.777.709/0009-84 NIRE 41902035707. **3-** Rua Sergio Jungblut Dieterich, nº 780, depósitos 06 e 07, Sarandi, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, CEP: 91060-410, CNPJ: 54.777.709/0008-01 NIRE 43920082161. **4-** Rua Hanna Abdulahad, nº 51, Jardim Paradiso, CEP 91117-008, Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul; CNPJ 54.777.709/0007-12 CNPJ 54.777.709/0007-12. **5-** Rua Miracema, nº 280, Chácara Reunidas, CEP 12238-360, Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo; – CNPJ: 54.777.709/0012-80 – NIRE: 35906801132. **6-** Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 756, Barracão 04, Sarandi, CEP 91060-410, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; NIRE 43920082144, CNPJ 54.777.709/0006-31. **7-** Rua Moreira Sales, nº 120, Emiliano Pernetta, CEP 83325-01, Cidade de Cidade de Pinhais, Estado do Paraná; NIRE 41902035693, CNPJ 54.777.709/0005-50. **8-** Avenida Renato Festugato, 321, Barracão 04, Bairro Domicaliano Theobaldo Bresolin, CEP 85818-118, Cidade de Cascavel, Estado do Paraná; NIRE 41902035685, CNPJ 54.777.709/0004-70. **9-** Avenida Renato Festugato, 321, Barracão B, Bairro Domicaliano Theobaldo Bresolin, CEP 85818-118, Cidade de Cascavel, Estado do Paraná; NIRE 41902035677, CNPJ 54.777.709/0003-99. **10-** Avenida Miguel Sutil, nº 13010, Vila Santa Izabel, município de Guaiabá, estado do Mato Grosso, CEP: 78035-000; NIRE 51920064126, CNPJ 54.777.709/0002-08. **11-** Avenida Dom Antônio Barbosa, nº 164, Jardim Paradiso, CEP 91117-000, Cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, NIRE 54920094419, CNPJ 54.777.709/0011-07. **Cláusula 3.** A Companhia tem por objeto social: o comércio atacadista, importação e exportação de produtos representados pelos seguintes NCMs: **46.39-7.01** – Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; **46.23-1-09** – Comércio atacadista de alimentos para animais; **46.35-4-99** – Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente; **46.43-5-01** – Comércio atacadista de calçados; **46.46-0-01** – Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; **46.46-0-02** – Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; **46.49-4-08** – Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; **46.49-4-99** – Comércio atacadista de outros equipamentos e Cláusulas de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; **47.23-6-99** – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; **46.17-6-00** – Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo. **Parágrafo único.** É vedado o uso da firma para fins estranhos aos do objeto social. **Cláusula 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social: Cláusula 5.** O capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, em moeda corrente do país, é de R\$ 100.001.000,00 (cem milhões e mil reais), dividido e representado em 100.001.000,00 (cem milhões e mil) ações ordinárias, nominativas, no valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma. **Parágrafo único:** A responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas ações, sendo que caberá exclusivamente a eles os lucros e as perdas apurados. **Capítulo III – Administração e Representação da Companhia: Cláusula 6.** A administração será exercida por 1 ou mais diretores, até um limite de 3, sócios ou não, que serão eleitos em Assembleia dos Sócios para mandatos de 3 anos podendo ser reeleitos. **Parágrafo Primeiro.** Compete aos diretores praticar todos os atos de interesse da Companhia e os que se façam necessários ao pleno e fiel cumprimento de seu objeto social. Compete, ademais, aos diretores, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, Companhias de economia mista, entidades paraestatais e instituições financeiras. **Parágrafo Segundo.** Os diretores deverão realizar todos os atos necessários à consecução do objeto social descrito na Cláusula Terceira, empregando toda a diligência e cuidados adequados, incluindo, sem limitação: **(i)** elaborar as contas da administração, inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico da Companhia ao término de cada exercício social; **(ii)** contratar e demitir qualquer funcionário da Companhia; e **(iii)** assinar documentos, contratos e outorgar procurações em nome da Companhia. **Parágrafo Terceiro.** Fica expressamente proibida a prática de qualquer ato, pelos diretores ou pelos procuradores regularmente constituídos em nome da Companhia, com fins estranhos ao objeto social, incluindo, sem limitação, abonar, endossar, dar carta fiança, avalizar ou assinar qualquer outro documento que implique em responsabilidade para esta, ficando os diretores e os procuradores, conforme aplicável, responsáveis por tais atos. **Parágrafo Quarto.** Além dos diretores acima indicado, poderão ser designados outros diretores, em ato separado, mediante registro do termo de posse no livro de atas de administração e averbação da alteração deste ato constitutivo. **Parágrafo Quinto.** Os diretores devem manter, na sede da Companhia, os livros obrigatórios, fiscais e societários, determinados pela legislação aplicável. **Parágrafo Sexto.** Os diretores da Companhia poderão receber *pró-labore* pelos serviços prestados. **Capítulo IV – Assembleia Geral, Direitos e Deveres dos Acionistas: Cláusula 7.** A Assembleia Geral é o órgão supremo da Companhia, cabendo-lhe exercer as funções que lhe forem cometidas pela lei, por este estatuto ou por eventual acordo de acionistas, bem como tomar qualquer deliberação sobre os negócios ou interesses sociais e reformar o estatuto social. **Parágrafo único** – As convocações das assembleias Gerais serão feitas segundo as regras estabelecidas em lei. **Cláusula 8** – As assembleias gerais são ordinárias ou extraordinárias. § 1º – As Assembleias serão presididas pelo Diretor Presidente caso ele seja acionista, e não sendo este acionista, por um dos acionistas presentes, compondo-se a mesa, dele e de pelo menos um secretário eleito pelos acionistas com direito de voto presentes à assembleia respectiva. § 2º – Constituídas legalmente, as Assembleias deliberam, validamente, aprovando ou recusando os atos submetidos à sua apreciação, por maioria de votos, na forma da lei, cabendo-lhes, dentre outras matérias: a) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) eleger os diretores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso, d) reformar o estatuto social; e) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os diretores e os fiscais da companhia, ressalvado o disposto no Cláusula 142, inciso II, da Lei nº 6.404, de 1976; f) tomar, anualmente, as contas dos diretores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; g) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no Cláusula 59, §§ 1º, 2º e 4º, da Lei nº 6.404, de 1976, com a redação dada pela Lei nº 12.431, de 2011; h) suspender o exercício dos direitos do acionista, conforme previsto no Cláusula 120 da

Lei nº 6.404, de 1976; i) autorizar a emissão de partes beneficiárias; j) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia. § 3º As seguintes matérias exigem a aprovação de votos correspondentes a, no mínimo, **69%** (sessenta e nove por cento) **das ações emitidas e com direito a voto:** a) designação de liquidante; b) cessação do estado de liquidação da companhia; c) dissolução da companhia. § 4º Não serão computados os votos proferidos em contrariedade à disposição expressa de Acordos de Acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia. § 5º Todos os documentos relacionados com a ordem do dia, que deverão ser analisados ou discutidos em Assembleia Geral, serão disponibilizados aos acionistas na sede social com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência de sua realização. § 6º As Assembleias Gerais deverão ser convocadas com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência de sua realização. Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. § 7º Será considerada regular a Assembleia à qual comparecerem todos os acionistas, dispensando-se, neste caso, a convocação prévia. **Capítulo V – o Conselho Fiscal:** Cláusula 9 – O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e somente reunir-se à nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito de voto, e cada período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral ordinária após a sua instalação. § 1º – O Conselho Fiscal somente poderá funcionar com a totalidade de seus membros, devendo por este motivo, quando haja qualquer impedimento, ser convocado o suplente, a quem compete fazer a substituição. § 2º – Das reuniões do Conselho Fiscal lavrar-se-á uma ata em livro próprio, mantido pela companhia. **Cláusula 10** – O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros efetivos, cada um dos quais terá um suplente, sendo todos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, que os poderá reeleger. § 1º – Em caso de vaga no Conselho Fiscal, bem como no impedimento de quaisquer dos seus membros, por mais de 02 (dois) meses, o lugar será preenchido pelo suplente mais votado e, tendo havido empate, pelo mais idoso. § 2º – Os membros do Conselho Fiscal terão remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída como remuneração fixa para cada diretor(a), não computados os benefícios, verbas de indenização e participação nos lucros. **Cláusula 11** – Quando em funcionamento, compete ao Conselho Fiscal: a) fiscalizar todos os atos dos diretores e negócios da Cia., verificando os deveres legais e estatutários; b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis; c) opinar, quando solicitado, sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures, planos de investimentos, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; d) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências, necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; e) convocar a Assembleia Geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 01 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes; f) analisar, ao menos trimestralmente, o balanço e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; g) examinar as demonstrações financeiras da companhia. **Capítulo VI – a Distribuição dos Lucros: Cláusula 12** – O balanço e as demonstrações contábeis da companhia serão realizados no mínimo anualmente, considerando-se a situação patrimonial verificada no dia 31 de dezembro de cada ano. Dos lucros líquidos verificados, feitas todas as deduções e amortizações legalmente permitidas, far-se-á a seguinte distribuição: a) 05% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até que se atinja 20% (vinte por cento) do capital social, ou quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º, do Cláusula 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) obrigatoriamente para a distribuição como dividendos aos acionistas; c) 70% (setenta por cento) para distribuição entre os acionistas como dividendos, constituição de reserva, pagamento de obrigações, ou qualquer outra destinação, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, visando o interesse da companhia. § 1º – Não haverá benefício de ordem entre os dividendos pagos às ações ordinárias e preferenciais, salvo nas hipóteses previstas no Cláusula 4º, sendo o pagamento feito na mesma data e nas mesmas condições. § 2º – O excesso, se houver, será repartido, como dividendo complementar, sem distinção, entre os proprietários das ações preferenciais e das ações ordinárias. § 3º – Na constituição das diferentes Reservas, serão observados os limites legais. § 4º – Os valores eventualmente pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, dividendos fixos ou mínimos, serão somados e considerados integralmente para o pagamento dos dividendos previstos na alínea "b" do caput deste Cláusula (dividendo mínimo obrigatório). § 5º – Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo será pago no prazo de 30 (trinta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **Capítulo VII – Liquidação e Cláusula Arbitral: Cláusula 11** – A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período da liquidação. **Cláusula 12** – As partes expressamente convencionam que as omissões, dúvidas ou controvérsias que possam ser eventualmente suscitadas em virtude do disposto no presente contrato deverão ser supridas ou resolvidas com amparo na legislação brasileira, por meio de Mediação Institucional, a ser instaurada de acordo com o Regulamento de Mediação da **CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial-Brasil**, por mediador único, sorteado dentre os membros do Quadro de Mediadores da CAMARB. Se a Mediação instaurada não obtiver êxito no prazo regulamentar, a controvérsia, por solicitação de qualquer das partes, será convertida em Arbitragem a ser instaurada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da **CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial-Brasil**, por três árbitros, sorteados dentre os membros do quadro de árbitros da CAMARB. A mediação e arbitragem serão conduzidas no idioma Português, e as partes irão arcar com os honorários de seus próprios advogados, sem a possibilidade de condenação em honorários de sucumbência. **Capítulo VIII – Disposições Gerais: Cláusula 13.** Os diretores eleitos declararão sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer atividades mercantis e/ou a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. E, por estarem assim, justas e contratadas, as Partes assinam o presente Contrato, em 04 (quatro) via para que produza todos os efeitos. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 114.768/25-0 em 01/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Ibitu Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 13.950.526/0001-84 – NIRE 35.300.418.409

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local. Em 30 de junho de 2025, às 09:30 horas, na sede social da **Ibitu Energias Renováveis S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04543-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença.** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa. Presidente:** Presidente: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos; e **Secretária:** Viviane de Oliveira Soares. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre: **(i)** o exame, discussão e aprovação do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Brise Energias Renováveis com Versão da Parcela Cindida para Ibitu Energias Renováveis S.A.", celebrado pela administração da Companhia e da Brise Energias Renováveis, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 19.257.480/0001-07, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04543-000 ("Protocolo" e "Brise", respectivamente), anexo à presente ata na forma do **Anexo I**; **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação da **Pró-Contatly Contabilidade S/S Ltda.**, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pequetita, 145, conjunto 43, Vila Olímpia, CEP 04552-060, inscrita no CNPJ sob o nº 67.641.449/0001-00 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP-01.6759-0-8 ("Empresa Avaliadora") como responsável pela avaliação da parcela cindida ("Parcela Cindida") a ser incorporada pela Companhia, bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** o exame, discussão e aprovação do Laudo de Avaliação; **(iv)** aprovação da cisão parcial da Brise com a versão da Parcela Cindida à Companhia ("Cisão Parcial"); e **(v)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da incorporação das Parcelas Cindidas pela Companhia. **5. Deliberações.** A única acionista da Companhia aprovou, sem quaisquer reservas ou ressalvas, o quanto segue: **(i)** o Protocolo elaborado em conformidade com a Lei das S.A., integrando a presente ata como **Anexo I**, sendo certo que a Companhia sucederá a Brise exclusivamente com relação às obrigações e aos direitos que compõem a Parcela Cindida; **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora, responsável pela avaliação da Parcela Cindida e pela elaboração do Laudo de Avaliação; **(iii)** o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, que integra a presente ata na forma do **Anexo A** ao Protocolo, o qual avaliou a Parcela Cindida em R\$ 585.307.730,98 (quinhentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e sete mil, setecentos e trinta reais e noventa e oito centavos) a valor contábil, levantado na data base de 31 de maio de 2025. **(iv)** aprovação da Cisão Parcial com a consequente versão da Parcela Cindida à Companhia. Considerando que a Brise é subsidiária integral da Companhia, a incorporação da Parcela Cindida pela Companhia não resultará no aumento do capital social da Companhia; e **(v)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da incorporação da Parcela Cindida pela Companhia. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida, conferida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Presidente; e Viviane de Oliveira Soares – Secretária. Acionista: Tupi Energias Renováveis S.A. São Paulo, 30 de junho de 2025. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Mesa: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Presidente; Viviane de Oliveira Soares – Secretária. Acionista: **Tupi Energias Renováveis S.A.** por Paulo Alexandre Coelho Abranches – **Diretor Presidente** e Viviane de Oliveira Soares – **Diretora Jurídica**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 222.145/25-0 em 08/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificatos de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da a ser realizada em 06 de agosto de 2025

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 1.0 do Termo de Securitização, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **06 de agosto de 2025, às 11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **a)** Deliberar sobre a aprovação ou não da concessão de vauer referente à recomposição do fundo de liquidez, conforme prazo a ser estabelecido; **b)** Deliberar sobre eventuais ajustes, modificações ou inclusões necessárias durante a vigência do edital de convocação, em razão de circunstâncias imprevistas ou necessidades identificadas no decorrer de sua execução; **c)** Reestruturação da operação; **(i)** nova concessão de carência conforme prazo a ser estabelecido para pagamento de juros e amortização dos CRI, a contar da parcela de maio de 2025, sem pagamento de prêmio ou multa pelas Devedoras CPPA e C&M e a consequente alteração no fluxo de pagamento; e **d)** Caso o item (a) acima seja aprovado, proceder à aprovação, discussão e deliberação sobre a alteração de outros termos e condições relativos aos CRI, com o consequente aditamento de toda a documentação pertinente aos CRI. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para amanda.melo@bsicapital.com.br, julio.dacar@terrainvestimentos.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) Participante pessoa física:** Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) Demais participantes:** Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 16 de julho de 2025. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (16, 17 e 18/07/2025)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/07/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

